

Sarney
viagem

Quem pagará a conta?

25 OUT 1988

Ruy Lopes

JORNAL DE BRASÍLIA

Na entrevista coletiva que concedeu em Portugal, o presidente Sarney repetiu a besteira — muito difundida por aqui — sobre o caráter inflacionário da Constituição. Se benefícios sociais causassem inflação, a lista dos países com moeda podre seria encabeçada pela Suécia, vindo a seguir a Inglaterra, a França e outros menos votados. Isto do lado capitalista, porque do outro, onde a licença-gestante é de dois anos, a moeda já teria desaparecido.

O que preocupa, quando o chefe do Governo endossa tais bobagens, é o nível da assessoria que o serve. A gente que inventa essas desculpas esfarrapadas para justificar o malogro da condução da economia é a mesma que vai propor as mudanças de rumos ainda neste final de mês. E se o raciocínio dos assessores não consegue produzir nada melhor do que uma tolice desse tamanho, a reforma econômica já está comprometida antes de nascer.

Como o Presidente deixou transparecer na entrevista de Lisboa, o cerne da transformação deverá ser o fim da correção monetária. Há praticamente unanimidade nacional em favor da desindexação da economia, mas será muito difícil encontrar dois brasileiros que pensem da mesma maneira sobre como executar a desindexação.

Quando a correção desaparecer, é provável que a inflação caia para 2% ou 3% ao mês, ou ainda menos, em prazo curto. Mas, para os grupos sociais que estiverem perdendo renda, a situação será igual ou pior que a de agora, porque já não haverá perspectiva de compensação dessas perdas. Os efeitos de uma inflação de 50% ao ano, sem correção, são muito semelhantes ao de uma no nível de 1.000% ao ano, com correção monetária. O Brasil já viveu as duas experiências em poucas décadas e pode fazer a comparação.

A questão básica da nova política econômica, portanto, será a divisão dos prejuízos, a escolha dos grupos que deverão perder renda para que o sistema readquirira a condição de equilíbrio. E no pacto em gestação estão representados apenas os trabalhadores e empresários da indústria e do comércio, que constituem uma fração muito pequena de toda a sociedade. Se couber a eles dizer quem vai pagar a conta, é bem possível que os ônus recaiam sobre os outros, isto é, sobre os segmentos que não estão sentados em torno da mesa de negociações.

Como, por exemplo, o sistema financeiro, acusado de ser o grande vilão do drama inflacionário. Mas como acabar com a ciranda, se ela é promovida por figuras do próprio Governo, que elevam os juros a 50%? O altar do sacrifício está pronto; falta escolher a vítima.